

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA - CME
TEMA: DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DE PROPOSTAS LEGISLATIVAS

27/05/2026

ATA DE REUNIÃO

Aos vinte e sete dias do mês de maio de dois mil e vinte e seis, às 10 horas e 36 minutos, no plenário 14 da Câmara dos Deputados, realizou-se a 4ª Sessão Legislativa Ordinária com a finalidade de discussão e votação de propostas legislativas. A sessão ocorreu presencialmente e foi transmitida ao vivo por meio do link: [Minas e Energia - Discussão e votação de proposições - 27/05/2026](#)

1. A sessão foi presidida pelo Presidente da CME, Deputado Passarinho (PL-PA), que iniciou informando sobre a dispensa, com concordância dos demais parlamentares, da leitura da pauta, uma vez que formalmente publicada.
2. O Presidente da Comissão iniciou os trabalhos informando que o requerimento nº 43/2026, de autoria do Deputado Evair de Melo (PP-ES), que requer a convocação do Ministro de Estado de Minas e Energia havia sido convertido em convite há 15 dias, com data agendada pelo próprio ministro para o dia 27 de maio de 2026. Diante do não comparecimento na data designada, o requerimento retornou à pauta para deliberação sobre a conversão em convocação.
3. O Deputado Danilo Forte (PP-CE) manifestou apoio à convocação, tecendo críticas ao LRCAP 2026 e sustentou que o certame foi conduzido com falta de transparência, destacando o aumento de 100% no preço-teto em 72 horas antes do leilão, a pedido das próprias geradoras habilitadas. Argumentou que o leilão excluiu deliberadamente as fontes eólica e solar, bem como as baterias, contrariando parecer do Operador Nacional do Sistema (ONS) e o avanço tecnológico internacional.

WWW.FERNANDEPAULA.COM.BR

CONTATO@FERNANDEPAULA.COM

☎ (061) 3542-6146

Alertou que o leilão poderá custar R\$ 515 bilhões aos consumidores, com reflexos tarifários superiores a 10% para residências e 20% para a indústria, bem como que a Ministro havia se comprometido a comparecer à comissão caso não houvesse concorrência e redução de preços, o que não ocorreu. Assim, apontou a urgência da convocação para esclarecimento dos desvios de conduta na formatação do certame, diante do prazo de homologação final pela ANEEL em 11 de junho de 2026.

4. Em seguida, o Deputado Paulo Guedes (PT-SP) manifestou posição contrária à convocação, ponderando que o Ministro Alexandre Silveira sempre prestigiou a comissão e respondeu a todas as perguntas em comparecimentos anteriores. Destacou que o ofício ministerial apresentou justificativa clara para a ausência, em razão de agenda oficial em Manaus. Propôs que o requerimento fosse mantido como convite, com o comparecimento do Ministro na data por ele sugerida (10 de junho), anterior à homologação do leilão. Comprometeu-se, na condição de vice-líder do governo, a garantir a vinda do ministro e a realização do leilão de baterias no mês seguinte.

5. Posteriormente, o Deputado Evair de Melo manifestou-se contrariamente ao adiamento, afirmando que a ausência do Ministro era injustificável, pois a agenda em Manaus teria caráter político e poderia ser suprida por outros integrantes da comitiva. Sustentou que a convocação é instrumento legítimo e que o Ministro deve esclarecer os motivos do aumento excepcional dos preços, o afastamento de servidores do ministério que discordavam da formatação do leilão e a exclusão das renováveis e das baterias. Afirmou que o retorno financeiro do leilão atingiu 96,5% ao ano, enquanto setores regulados da infraestrutura operam com retorno de 8% a 10%, classificando a situação como "roubo autorizado". Vinculou o episódio a um suposto desvio de finalidade para arrecadação de recursos de campanha eleitoral. Ao final, manteve o requerimento de convocação.

6. Na sequência, o Deputado Júlio Lopes (PP-RJ) manifestou apoio à conversão em convite, em vez de convocação, e subscreveu a proposta nesse sentido. Discordou das acusações de corrupção ou irregularidade, classificando-as como graves e desnecessárias. Defendeu a necessidade técnica do

leilão de capacidade para garantir a segurança do sistema elétrico nacional, especialmente no período de pico de demanda entre 17h e 19h, quando há redução da geração solar e eólica. Argumentou que as baterias não estão disponíveis no Brasil e precisam ser contratadas e produzidas, e que o leilão de baterias será realizado, conforme já informado anteriormente pelo ministro. Afirmou que eventuais discrepâncias devem ser investigadas pelo Tribunal de Contas da União e pelo Ministério Público, mas não se pode invalidar o leilão por presunção de irregularidade. Ressaltou que o preço contratado é resultado de leilão público e que uma da alternativa ao leilão seria a contratação emergencial de baterias, ainda mais onerosa.

7. Em continuação ao debate, o Deputado General Pazuello (PL-RJ) propôs uma alternativa de conciliação: que os técnicos do Ministério de Minas e Energia que participaram da elaboração do leilão compareçam à comissão no dia 2 de junho para prestar os esclarecimentos técnicos solicitados e que o Ministro Alexandre Silveira compareça, como convidado no dia 10 de junho, antes da homologação final pela ANEEL. A proposta visava atender à demanda por informações sem a necessidade de convocação formal. Além disso, o Deputado Gastão (PSD-CE) apoiou a proposta de conciliação apresentada pelo Deputado General Pazuello.

8. Em seguida, o Deputado Lafayette de Andrada (Republicanos-MG) manifestou-se favoravelmente à convocação, destacando que a comissão tem o dever constitucional de fiscalizar o Poder Executivo e que a ausência do Ministro, somada à falta de respostas às perguntas formuladas há mais de 15 dias, justifica a medida extrema. Orientou seu partido a votarem a favor da convocação.

10. Logo após, o Deputado Cabo Gilberto (PL-PB), líder da oposição, criticou o governo federal de forma geral e, em relação ao mérito da pauta, orientou a bancada de oposição pelo voto favorável à convocação, sob o argumento de que o Ministro deve explicações não à comissão, mas ao povo brasileiro.

11. O Deputado Paulo Guedes, em seguida, rebateu as críticas direcionadas ao governo federal, defendendo a gestão do Presidente do país e apontando que os escândalos mencionados teriam origem no governo anterior. Destacou indicadores econômicos positivos, como a queda do desemprego e a recuperação de programas sociais. Em relação ao leilão, reafirmou sua posição contrária à convocação e defendeu o diálogo com o ministro.

12. Após amplo debate, o presidente da comissão realizou uma votação nominal o requerimento de convocação do Ministro de Estado de Minas e Energia, Alexandre Silveira de Oliveira. Obtidos 37 votos favoráveis, e nenhuma abstenção, foi aprovada a convocação do ministro, nos termos do requerimento de autoria do Deputado Evair de Melo (PP-ES). O Presidente comunicou que daria prosseguimento imediato à convocação.

13. Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Comissão, Deputado Joaquim Passarinho, declarou encerrada a reunião extraordinária. A pauta remanescente ficou designada para a reunião seguinte.

Ata lavrada por:

Paulo Rangel

Geólogo do Escritório Fernanda de Paula Advocacia e Consultoria.

FERNANDA DE PAULA SOCIEDADE DE ADVOCACIA

Representada por sua Sócia

OAB/DF nº 56.513

WWW.FERNANDEPAULA.COM.BR

CONTATO@FERNANDEPAULA.COM

☎ (061) 3542-6146